JOGOS E BRINCADEIRAS AFRICANAS

SARA ROSILENE CARDOZO DA SILVA

RESUMO

A Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9394/1996, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro–Brasileira e Africana na educação básica. Entretanto, pode-se ver uma falha quanto a compreensão e o cumprimento desta lei dentro das instituições educacionais. OBJETIVO: O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento sobre jogos, brincadeiras, danças e contos de origem africana e afro-brasileira para assim buscar maneiras para realizar o desenvolvimento das mesmas de maneira enriquecedora no desenvolver das aulas de educação infantil, bem como, observar como se dá o desenvolvimento de tais atividades junto aos participantes e se estas contribuem na formação e reconhecimento da identidade negra positiva de crianças negras e não negras e no respeito à diversidade étnico-cultural além de apresentar a prática educativa por meio de visão mais lúdica, onde esta se torna uma peça fundamental de mediação ao processo de ensino e aprendizagem, no qual sua ação se torna de grande importância para a construção e interação social do aluno com o meio e fortalece as relações interpessoais. METODOLOGIA: A metodologia utilizada foi do tipo bibliográfica com uma abordagem descritiva. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Foi possível vivenciar, de forma reflexiva, a história de diferentes culturas, inclusive a africana, e que as vivências, os diálogos e a reflexões são de grande importância para a valorização, compreensão e respeito de diferentes culturas e identidades no interior das instituições escolares.

Palavras-chave: Jogos; Brincadeiras; Cultura africana; Diversidade.

ABSTRACT

Law 10,639/2003, which amended Law 9394/1996, made the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture mandatory in basic education. However, a failure can be seen regarding understanding and compliance with this law within educational institutions. OBJECTIVE: The objective of this work is to survey games, games, dances and stories of African and Afro-Brazilian origin in order to seek ways to develop them in an enriching way in the development of early childhood education classes, as well as to observe how such activities are developed with participants and whether they contribute to the formation and recognition of the positive black identity of black and non-black children and respect for ethnic-cultural diversity in addition to presenting educational practice through a more playful vision, where this becomes a fundamental piece of mediation in the teaching and learning process, in which its action becomes of great importance for the construction and social interaction of the student with the environment and strengthens interpersonal relationships. METHODOLOGY: The methodology used was bibliographic with a descriptive approach. FINAL CONSIDERATIONS: It was possible to experience, in a reflective way, the history of different cultures, including the African one, and that the experiences, dialogues and reflections are of great importance for the appreciation, understanding and respect of different cultures and identities within the school institutions.

Keywords: Games; Games; African culture; Diversity.

INTRODUÇÃO

No processo de desenvolvimento da criança, a experimentação do brincar está ligada a diferentes tempos e espaços, sendo reconhecida pela continuidade dessa cultura nas gerações que vem a surgir, pois a criança, pelo fato de se perceber em um contexto histórico-social, ou seja, um ambiente estruturado a partir de valores, significados e atividades construídas e partilhadas pelos sujeitos que ali vivem juntamente a ela , incorpora a experiência social e cultural do brincar por meios das relações que estabelece com outros sujeitos que ao longo dos tempos modificam seu modo de ser e pensar naquele lugar.

A concepção de infância é construída culturalmente e é dessa forma que afirmamos a sua identidade. Por meio dessa afirmação, necessitamos compreender que não há apenas uma imagem de infância, mas diversas imagens, elas são múltiplas, assim como são múltiplas as interações vivenciadas pelas crianças no seu contexto real diariamente. A compreensão da existência dessa pluralidade nos permite desconstruir a imagem do idealismo, que se baseia na concepção de criança homogênea, onde somente a cultura hegemônica parece ser a mais importante.

A sociedade ao qual estamos inseridos é fruto das injustiças sociais, dos mandos e desmandos das políticas presentes em nosso país, que injustamente não prioriza os grupos inferiorizados, abandonando-os às margens dessa sociedade. Diariamente nos deparamos com as diferenças e desigualdades existentes e aparentemente consolidadas pela sociedade, muitas vezes acreditamos que as situações constrangedoras desencadeadas por meio de apelidos, brin-

cadeiras mal-intencionadas, especialmente no ambiente escolar, são atitudes corriqueiras, as quais devem ser aceitas como "naturais" pela força do contexto em que se está inserido, como, por exemplo, acreditar que afrodescendentes são seres humanos inferiores.

Ao brincar e jogar na rua, na escola em diferentes espaços podemos perceber situações de acolhimento referente as brincadeiras étnico-cultural, como a valorização, receptividade, conforto e alegria. Assim como também, em situações de constrangimento étnico-cultural como a desvalorização, constrangimento, desconforto e tristeza.

De um modo ou de outro são momentos de aprendizagem que, no entanto, se alteram entre prazer e dor, devendo as primeiras serem encorajadas e as segundas colocadas a parte de nossa sociedade. Devemos reconhecer as ausências de informações sobre os jogos e brincadeiras de origem africana e afro-brasileira no contexto escolar, em especial para as aulas de educação infantil, e reconhecemos que nos mais diversos estudos existentes sabre essa temática percebemos a ausência de registros de sua origem. Acreditamos que tal realidade omite os conhecimentos historicamente construídos pelas civilizações dos povos africanos e afro-brasileiros, para tanto percebemos a importância de uma prática educativa voltada de maneira lúdica na educação infantil, onde a mesma poderá reconhecer e valorizar os jogos e brincadeiras de origem africana e afro-brasileira no contexto escolar.

Apresentar a ideia de que os colonizadores europeus foram os responsáveis por grande parte dos conhecimentos desenvolvidos. Brincadeiras e jogos praticados e ensinados de gerações em gerações as crianças de diferentes culturas e diferentes partes do mundo não são reconhecidas na sua dimensão cultural de origem africana. Nas inúmeras situações ocorridas no interior das escolas, sejam elas motivadas pelas ações dos docentes ou não, estão presentes inúmeras dessas brincadeiras e jogos de origem afro descendentes. Estas inúmeras brincadeiras e jogos constituem-se no universo escolar e não são divulgadas ou conhecidas da maneira que deveriam.

DESENVOLVIMENTO

A prática da escravidão é uma ação que tem acompanhado a humanidade ao longo de sua existência. As razões para tal ação são as mais diversas possíveis, de acordo com a cultura transmitida em cada continente e em cada época, desde as conquistas territoriais e econômicas, intolerância religiosa e cultural, pobreza, ganância, guerras; sempre promovidas par povos que se julgam mais fortes e superiores a outros povos.

A escravidão que se perpetuava no continente africano acontecia de maneira diferente da que se vivenciou dos europeus em relação aos africanos, a escravidão entre os africanos na grande maioria das casas não se tratava de escravidão, mas de servidão, Três importantes motivos fizeram com que os próprios africanos capturassem seus semelhantes que eram escassez de alimento, o cumprimento da servidão como pena, devido algum crime cometido e guerras e conflitos entre diferentes povos.

A servidão que ocorria no continente africano era uma prática comum, principalmente nas regiões onde existia muita seca, onde um povo se submetia a ser servo de outro povo que tinha mais alimentos em suas terras, podendo assim sustentar mulheres e filhos a troco do trabalho e submetendo-se as suas leis. Um outro motivo, que também levava a servidão quando havia a prática de um crime, sendo a pessoa julgada e condenada a tal pena.

Porém, existiam alguns grupos que sequestravam pessoas de outras tribos, e assim originando guerras, aqueles que perdiam eram submetidos a servir do povo vitorioso. Devido ao forte comercio interno de sementes, tecidos, algodão, trigo, especiarias e muitas riquezas minerais existente no continente Africano, o interesse de europeus em realizar suas viagens de expansão e comercio cresceu fortemente para aquela região.

Os europeus então adentraram--se rapidamente nos países a beira da costa do mar "por volta do ano de 1430 com a entrada portuguesa" (HERNANDEZ, 2005, p. 45), com suas quinquilharias, trocando as por pedras preciosas, tecidos, sementes. Mais tarde, viram a possibilidades de trocarem "humanos" por seus produtos que em sua maioria eram sem valor para eles, mas que chamavam atenção dos chefes africanos, como no caso dos espelhos por exemplo. Tempos posteriores, os europeus ofereceram armas para que os povos com os quais mantinham relações por meio de comércio ficassem mais fortes, ao ponto de conquistarem outros povos e permutar os conquistados como moeda de pagamento.

Essa prática de troca tornou-se comum ao ponto povos invadirem terras amigas para utiliza-las para venda ou troca. E incentivados por europeus, debilitaram reinos e estados africanos, facilitando a invasão europeia e a captura de mais negros africanos para serem vendidos para outros continentes. Começou-se então a sair navios cada vez mais carregados, onde a grande maioria dos escravizados morria antes mesmo de chegar ao destino desejado por opressores. A divisão do continente africano auxiliou muito o fortalecimento da escravidão.

Os europeus tinham enfraquecido as grandes nações e reinos africanos, e es-

tabeleceram o seu modelo de comércio por meio da dominação de exploração indiscriminada, "é sabido que de 1482 até meados do século XVI, cerca de 300 mil indivíduos da Costa dos Escravos e do Congo foram vendidos na Mina Velha, tendo o Brasil por destino." (Hernandez,2005, p. 47)".

Os caminhos utilizados como rota entre Portugueses, Ingleses e Franceses eram as mais diversas possíveis, levando mais e mais indivíduos a todos os países que se interessavam por mão de obra negra escravizada. Uma vez que chegaram ao Brasil, os escravos foram submetidos a trabalhos duros e exaustivos, a torturas e castigos de extremamente e profundamente cruel, como forma de intimidação, para banir qualquer tipo de revolta ou fuga.

O texto do professor Henrique Cunha Junior, "Os negros não se deixaram escravizar", retrata bem a luta e resistência do negro a dominação, que mesmo com todas as formas de castigos e torturas que lhes eram impostas, eles não se deixavam intimidar, buscavam em seu corpo e sua cultura elementos que pudessem recriar a África em solo brasileiro, mesmo em situação desfavorável. Observamos isso no desenvolvimento da capoeira, que é a arte de bater com o corpo sem arma. Para fortalecer o seu espírito, seu modo de existir e conceber o mundo desenvolveram o candomblé, no qual buscavam forças para suportarem as constantes lutas. Para terem força e resistir ao trabalho árduo adaptaram a culinária africana, aproveitando os poucos alimentos que lhe eram destinados. E para se curarem utilizaram seus conhecimentos no manuseio de ervas e plantas medicinais. A real liberdade ocorreu de fato e de direito pela Lei Áurea decretada pala Princesa Isabel em 1888, que garantia o fim da escravidão, mas sem garantir direitos ou programas que permitissem a integração do negro na sociedade brasileira, dando início a um grande período de exclusão, intolerância, discriminação racial e social e inibindo o acesso do negro aos bens culturais e estruturais da sociedade brasileira.

De acordo com Giffoni (1974) a presença de grande quantidade de negros no Brasil causou mudanças muito importantes na formação brasileira, tanto em relação aos aspectos culturais, bem como em relação aos aspectos sociais trazidos pelas famílias e transmitidos entre as gerações. Segundo Abramowicz (2006), a cultura brasileira possui forte influência do negro, por exemplo, com algumas canções conhecidas até os dias de hoje, como a “Escravos de Jó”, cujo objetivo é passar pedras de um participante a outro de uma roda no ritmo em que a música é cantada.

Em Gana, país do continente Africano, as crianças têm uma canção muito parecida com esta. O rap reaparece também tem uma forte manifestação afro-brasileira, denunciando e expondo a opressão e a marginalização sobre a população negra e pobre.

Nele, a força da musicalidade africana está presente em circuitos que unem os negros dos Estados Unidos aos negros do Brasil, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tanto os ritmos marcados e repetitivos, como a força da palavra, e especialmente da palavra cantada, remetem a características das sociedades africanas; as letras das músicas de rap denunciam a opressão e a marginalização a que estão submetidos os habitantes das periferias dos grandes centros urbanos, em sua maioria negros e mestiços (SOUZA, 2006, p.138).

Há outras contribuições de importância cultural de origem africana no Brasil na música e na dança como o carimbó, o jongo, o samba e o cacuriá; nos instrumentos musicais: o atabaque, o agogô, o berimbau, o afoxé e a ganzá; nas lutas: a capoeira; na religião: o candomblé e a umbanda; na culinária: o vatapá, o caruru, a moqueca, o acarajé e a feijoada; no idioma, palavras como: marimbondo, quilombo e moleque.

Mesmo com este grande número de contribuições, ainda experimentamos, no Brasil, um grande número de ações que se baseiam em preconceitos e discriminações. Como por exemplo no decreto nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854, onde se estabelecia que as escolas públicas do país não podiam admitir escravas, e as possíveis instruções para adultos negros dependiam da disponibilidade do professor (BRASIL, 2004).

Com o intuito de minimizar e acabar com tais posturas, veio a criação da lei nº 10.639/2003, a qual obriga o ensino da História e Cultura Afro–Brasileira e Africana na educação básica (BRASIL, 2004). A lei nº 10.639/2003 modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, decretando a obrigatoriedade do ensino da "História e Cultura AfroBrasileira e Africana". E coloca em destaque a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira e tem o dever de levar aos estudantes do ensino básico os conhecimentos acerca das relações étnicoraciais e das histórias afro brasileiras e africanas (BRASIL, 2004).

Desta maneira, destacamos o que é colocado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs - (BRASIL, 1997) que são documentos que indicam a importância de se:

“conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e

nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crença, de sexo, de etnia ou características individuais e sociais” (p.7).

Porém, conforme esclarece Freire (2005), não se trata de realizar "justaposição de culturas, muito menos no poder exacerbado de uma sobre as outras, mas na liberdade conquistada, no direito assegurado de mover-se cada cultura no respeito uma da outra, correndo risco livremente de ser diferente, de ser cada uma „para si " (p.156). Não é segredo de que a sociedade africana antiga possuía grandes conhecimentos científicos, que podem ser conhecidos como a fabricação da cerveja pelos egípcios, que foi atribuída aos alemães; a dança a e a música do tango, que foi atribulado aos argentinos.

Outros exemplos como o título de pai da medicina, nunca atribuído ao egípcio Imhotep, que viveu 3000 a.C.; Da mesma forma o manuseio do aço pelo povo Haya a :1000 a.C.; 0 bastão de ishango, objeto matemático mais antigo, com registro de dois sistemas de numeração, de cerca de 20000 a.C.; a origem do desenvolvimento das técnicas de plantio de irrigação par canais nos sec. XIVe XV pelo império de Sonhai (que vieram para o Brasil com técnicas mais aperfeiçoadas),e muito mais conhecimentos.

Os exemplos aqui citados são importantes para demonstrar a exclusão do sistema educacional ao não expor o real valor histórico, cientifico, filosófico e cultural do povo negro.

Compreendemos que a educação e o cuidado na primeira infância é um tema de extrema importância para teóricos de diferentes países. No Brasil, a Educação Infantil é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional , em 1996, a Educação Infantil passou a ser estabelecida como a primeira etapa da

Educação Básica. Segundo Barros (2008), várias pesquisas realizadas nos anos de 1980 já mostravam que os seis primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento humano e a formação da inteligência e da personalidade; no entanto, até 1988, a criança brasileira com menos de 7 anos de idade não tinha direito à Educação.

Foi por meio da Constituição Federal que se reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança. Foi a partir daí que a Educação Infantil em nosso país deixou de estar vinculada somente à política de assistência social passando então a compor a política nacional de educação. Diante desta nova visão a respeito da Educação Infantil muitas pesquisas e estudos mostraram a importância de uma prática educativa voltada para esta área da educação básica, respeitando suas características e especificidades, onde o conhecimento de meu educando deve ser valorizado e não excluído da unidade educacional.

Sendo assim, dada a importância da natureza do trabalho docente na educação infantil, que é o de contribuir no processo de humanização dos educandos historicamente situados, espera-se que se desenvolva nos educandos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes deem possibilidades permanentes de construírem seus saberes-fazeres, e que os docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano, possam construir uma prática educativa voltada para este objetivo, que é a construção permanente de valorização do conhecimento construído pela criança.

Neste aspecto espera-se que os docentes mobilizem os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários a compreensão do ensino como realidade social, e que assim desenvolvam a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, constituírem e transformarem os seus saberes-fazeres docentes, num continuo processo de construção de suas identidades como professores, incentivando uma pratica educativa realmente significativa. (PIMENTA, 1996, p.75).

A instituição escolar é o local de construção, não só do conhecimento, mas também de construção da identidade, de valores de afetos, enfim, é onde o ser humano, sem deixar de ser o que é se molda de acordo com sua sociedade, e busca se desenvolver em sua integralidade, e mais uma vez as práticas educativas devem ser bem refletidas e elaboradas para que todos os aspectos aqui citados venham ser construídos de maneira plena.

A lei 10.639/03 foi criada no sentido de uma prática educativa de inclusão e ação afirmativa e ao mesmo tempo, resultado de um grande movimento de luta antirracista no Brasil (SANTOS, 2005), evidenciando-se por sua capacidade multiplicadora, na medida em que pode gerar uma série de ações voltadas para a valorização e respeito da cultura afro-brasileira, bem como auxiliando de estímulo à reconstrução positiva da identidade afrodescendente. Compreende-se que essa lei, foi elaborada com o objetivo de reparação de uma dívida com os negros. E é com esse objetivo que a instituição escolar assume mais esse papel de conscientização, respeito e valorização dos afrodescendentes e toda sua cultura, nesse caso brinquedos e brincadeiras africanas fazem parte desse contexto e é onde os educandos tem a possibilidade de aprender de forma lúdica e prazerosa a cultura africana. Neste contexto podemos destacar o trecho da Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada em 20 de novembro de 1959, que já deixava claro no princípio nº 7 que a criança "deve ter ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas deverão empenhar-se na promoção e no gozo deste direito." Se-

gundo KRAMER (2007, p.15):

(...) numa sociedade desigual, as crianças desempenham, nos diversos contextos, papéis diferentes (...) e é preciso considerar a diversidade de aspectos sociais, culturais e políticos. No Brasil, as nações indígenas, suas línguas e seus costumes; a escravidão das populações negras; a opressão e a pobreza de expressiva parte da população; o colonialismo e o imperialismo que deixaram marcas diferenciadas no processo de socialização de crianças e adultos.

Sendo assim, cabe também às instituições escolares e seus agentes pensarem e oportunizarem por meio de uma boa prática educativa, ambientes escolares que contemplem, acolham e integrem as diversidades culturais, sócias e políticas da sociedade brasileira. Uma forma de realizar esses ideais é incentivar nossos alunos a conhecerem sua história e também a do outro, respeitando suas peculiaridades, tirando o máximo de proveito das contribuições culturais, das várias culturas e infâncias que se encontram no contexto da diversidade social e econômica de nossa sociedade.

E tudo isso pode ser conquistado a partir do uso dos jogos e brincadeiras , que é algo constituinte tanto da condição humana quanto da história de cada lugar, de cada sociedade. Não há dúvidas de que o brincar é um caminho pelo qual os seres humanos e os animais exploram, descobrem e constroem uma variedade de experiências em diferentes situações, para diversos propósitos.

Para Holtz (1998, p.12), a aprendizagem para as crianças pequenas é inevitável, pois o brincar deve ser valorizado por aqueles envolvidos na educação e na criação das crianças pequenas, fazendo a escolha dos materiais lúdicos que são reservados no brincar, cujo objetivo deve ter seu efeito sobre o desenvolvimento da criança. Porque muitas crianças chegam à escola maternal incapazes de envolver-se no brincar, em virtude de uma educação passiva que via o brincar como uma atividade barulhenta, desorganizada e desnecessária. Em muitos momentos, os adultos não percebem a importância do brincar na infância como forma de externar a imaginação, desempenhar papéis e se colocar no lugar do outro. Sendo assim é de grande importância que o docente reflita sobre suas práticas educativas, para que a mesma possa ser enriquecida continuamente, percebendo a ampla gama de personagens e de contextos, levando-os a entender o eu real (HOLTZ, 1998).

A importância do brincar no contexto educacional, que propicia situações de aprendizagens, bem como permite que os adultos sejam perceptivos e aprendam com as crianças e suas necessidades. Perceber a importância do Lúdico no desenvolvimento de uma prática educativa como forma de aprendizagem é um grande incentivo para o educando, pois compreende-se que por meio da mesma pode-se estimular várias áreas do desenvolvimento infantil, como: cognitiva, motora e afetiva, desperta também as potencialidades através do meio em que a criança vive e dos conteúdos a serem transmitidos, de formas eficazes que causem estímulos para o aprendizado (PIERS & LANDAU, 1990).

Percebe-se que o lúdico está ligado ao ser humano desde o início da história. O bom desenvolvimento da criança depende estritamente da atividade, pois a criança, sempre que não está dormindo, brinca continuamente, e é neste momento que os jogos, o faz de conta, brincadeiras e os brinquedos começam a apresentar-se, e será através deles que a criança desenvolverá grande parte de suas habilidades motoras, cognitivas e morais.

A visão de jogo como valor educativo, como objeto de estudo da ciência e pedagogia teve seu início nos séculos XVII e XVIII. O filósofo Jean Jacques Rousseau, em sua obra "Emilio, ou da Educação" (1762), foi o primeiro a destacar que o jogo vai além do aspecto do simples entretenimento, da diversão. Os jogos e as brincadeiras sempre estiveram direcionados para o âmbito educacional e preparação para vida.

Os jogos além dos limites físicos e psicológicos, pois todo jogo traz em si algum significado. Segundo Huizinga (2000), o jogo vai além dos limites da atividade puramente física ou biológica, tendo capacidade de criar ordem, deslocando-se da imperfeição do mundo para uma perfeição temporária. Para Huizinga (2000) trata-se o jogo de: Atividade livre, conscientemente tomada como „não séria e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total.

É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticado dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras" (p.16). Maranhão (2009) destaca que os jogos na cultura africana, assim como em outras culturas, detêm em si algumas particularidades em relação a gênero, idade e número de participantes. Alguns jogos na cultura africana são praticados somente por meninas e outros somente por meninos. Destaca ainda ser fundamental levar em consideração todo o contexto em que se desenvolve o jogo para ter uma maior compreensão e respeito à cultura africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando não aprofundamos nosso olhar para a África, pensamos em escravos que serviam para o trabalho duro e exploratório e que mostravam-se incapazes de

realizar tarefas para além dessas. Essa concepção se arrastou por anos nos livros didáticos, onde se percebe o negro como escravo e não sujeito de direitos como qualquer outro indivíduo. A partir daí, desconsideramos que a cultura Africana já existia antes da chegada dos navios negreiros, que os povos ali existentes possuíam sua própria cultura e organização.

Não é incomum não reconhecermos toda essa cultura africana que adentrou nosso país naquele momento e que se integraram, adaptaram ou se modificaram com as de outras culturas que aqui existiam. Insistimos em agregar valores vinculados pela história, fortalecidos pela mídia e muitas vezes reforçados pelas unidades escolares, de que os negros são incapazes ou marginais e então passamos a disseminar nosso preconceito.

Precisamos conhecer e reconhecer o povo negro é lutador e trabalhador, compreender o quanto perderam os seus direitos para garantirem os direitos de outros, e repudiar as marcas de uma identidade negativa a cada cidadão negro que compõe o povo brasileiro. Ao desenvolver uma prática educativa voltada para a ludicidade, o educador possui uma ferramenta facilitadora na aprendizagem da educação infantil que o permite adquirir outras estratégias de ensino, o levando a novas mudanças metodológicas na educação infantil que gerará ações primordiais em todo o ensino educacional.

Os jogos e brincadeiras africanas nos levam a perceber uma implicação de caráter mais abrangente, envolvendo conotações políticas, morais, que auxiliam de maneira produtiva a educação do ser humano em sua completude e que, portanto, tais práticas se fazem de grande importância que se inicie ainda na infância.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, M. & KASS, E. H. Pathogenesis and prognosis of prematurity. New Engl. J. Med., 275:878-85, 2006.

BARROS, Miguel Daladier. Educação infantil: o que diz a legislação . Disponível em http://www.lfg.com.br. 12 de novembro de 2008.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Lei 11.645/2008. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2005.

GIFFONI, Maria A. C. Danças Folclóricas Brasileiras. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. A África na Sala de Aula: visita à história Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOLTZ, M. L. M. Lições de Pedagogia empresarial. São Paulo: DHL, 1998

HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. 4ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete et al. (orgs.) Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido [et.al.]. Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez. 1996.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, DF: MEC/ XSECAD, 2005. (Coleção Educação para todos).

MARANHÃO, Fabiano. Jogos africanos e afro-brasileiros nas aulas de Educação Física : processos educativosdas relações étnico-raciais / Fabiano Maranhão. -São Carlos : UFSCar, 2009.

PIERS, M. W.; LANDAU, G. M. O dom de jogar e por que as crianças não podem prosperar sem ele. São Paulo: Cortez, 1990.

SOUZA, A.M.G. de. Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador. Rio de Janeiro, IPPUR/ UFRJ, 2006